


CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACESSO E PERMANÊNCIA DE MÃES SOLO NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

CONTRIBUTION OF PUBLIC POLICIES TO THE ACCESS AND RETENTION OF BLACK SINGLE MOTHERS IN HIGHER EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/armv2n4-020>

Submetido em: 04/05/2026 e Publicado em: 08/05/2026

Munique Aguiar Barboza Guimarães
Ensino superior incompleto em Pedagogia
Universidade Vassouras
E-mail: muniqueaguiarguimaraes@gmail.com

Maria da Conceição Ferreira da Cunha
Graduanda em Pedagogia
Universidade de Vassouras, FUSVE
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3072105083729171>

Jaqueline Batista Cordeiro
Orientadora
Mestre em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais-UERJ
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6980696492560628>

Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes
Orientador
Doutor em Educação
Universidade de Vassouras
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8251500161695735>

RESUMO

As mães negras que criam filhos sozinhas enfrentam desafios que ultrapassam o simples ingresso no mercado de trabalho formal, mas incluem sobrecarga doméstica, precariedade laboral e barreiras institucionais. Tais obstáculos comprometem suas trajetórias acadêmicas e o pleno exercício da cidadania. Este estudo teve como propósito compreender de que forma as políticas públicas voltadas à educação e à inclusão social contribuem, ou não, para garantir condições que favoreçam a permanência e o êxito dessas mulheres no ensino superior. A pesquisa, de abordagem qualitativa e baseada em revisão bibliográfica, analisou obras, artigos e documentos oficiais sobre gênero, raça, maternidade e políticas educacionais. Os resultados mostram que, embora programas como PROUNI, Fies e cotas raciais tenham ampliado o acesso, a permanência das estudantes depende de medidas complementares, como apoio financeiro, creches universitárias, flexibilização de horários e suporte psicossocial. A ausência desses recursos reforça



desigualdades históricas e eleva os índices de evasão. Assim, é essencial reconhecer os direitos das mães negras solo e implementar políticas que promovam equidade e justiça social.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Interseccionalidade; Mães Solo Negras; Educação Superior; Igualdade Social.

ABSTRACT

Black mothers who raise their children alone face challenges that go beyond simply entering the formal labor market, including domestic overload, precarious working conditions, and institutional barriers. Such obstacles hinder their academic paths and the full exercise of citizenship. This study aimed to understand how public policies focused on education and social inclusion contribute, or fail to contribute, to ensuring conditions that enable these women to remain and succeed in higher education. The research, based on a qualitative approach and literature review, analyzed books, articles, and official documents addressing gender, race, motherhood, and educational policies. The findings revealed that, although programs such as PROUNI, Fies, and racial quotas have expanded access, student retention depends on complementary measures such as financial support, university daycare centers, flexible schedules, and psychosocial assistance. The absence of these resources reinforces historical inequalities and increases dropout rates. Therefore, it is essential to recognize the rights of single Black mothers and implement policies that promote equity and social justice.

Keywords: Public Policies; Intersectionality; Black Single Mothers; Higher Education; Social Equality.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior representa um instrumento essencial de transformação social, capaz de promover a emancipação individual e coletiva ao oferecer oportunidades de ascensão social, econômica e intelectual. No entanto, o acesso e a permanência nesse nível de ensino ainda são marcados por profundas desigualdades estruturais no Brasil, as quais exigem análise crítica e a formulação de políticas públicas sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade social (Santos, 2019).

Entre os grupos mais afetados por esse cenário estão as mães solo negras que, em virtude de fatores históricos, sociais e culturais, enfrentam múltiplas formas de exclusão e vulnerabilidade. A articulação entre gênero, raça e maternidade constrói um contexto de desvantagens que ultrapassa a esfera econômica, impactando as trajetórias educacionais e profissionais dessas mulheres (Souza, Franco e Gomes, 2022).

As políticas públicas, conforme Bucci (2002), são concebidas como mecanismos estatais voltados à promoção da equidade e à redução das desigualdades sociais. Contudo, na prática, observa-se que muitas



dessas políticas não alcançam plenamente seus objetivos, especialmente quando não consideram as especificidades sociais, raciais e de gênero que atravessam determinados grupos. Essa limitação torna-se evidente ao analisar a trajetória das mães solo negras no ensino superior brasileiro.

Essas mulheres, muitas vezes inseridas em contextos de precarização do trabalho e intensa sobrecarga doméstica, enfrentam obstáculos que dificultam tanto o ingresso quanto a permanência em cursos universitários. Como destaca Sueli Carneiro (2019, p. 189),

A feminização da pobreza – gerada pelo dismantelamento do estado de bem-estar, pela economia do trabalho caseiro, na qual empregos estáveis são a exceção, e sustentada pela expectativa de que os salários das mulheres não serão iguallados aos salários masculinos – tornou-se um grande problema.

Sendo assim, compreender essa realidade implica reconhecer que as desigualdades raciais e de gênero continuam estruturando o acesso a direitos fundamentais, como a educação.

Diante dessas problemáticas, emerge o seguinte questionamento central: de que forma as políticas públicas podem contribuir para o acesso e a permanência de mães solo negras no ensino superior?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como as políticas públicas de educação e inclusão social têm atuado na promoção do acesso e da permanência de mães solo negras no ensino superior brasileiro. De modo específico, busca-se identificar os principais desafios enfrentados por essas mulheres em suas trajetórias acadêmicas, investigar as ações e programas governamentais direcionados a esse público e compreender os impactos sociais e psicológicos decorrentes da ausência de políticas de apoio adequadas.

A relevância deste estudo reside na necessidade de dar visibilidade a um grupo historicamente negligenciado nos debates sobre educação, gênero e raça. Embora o Brasil tenha avançado na implementação de políticas afirmativas, como o sistema de cotas e programas de assistência estudantil, persistem lacunas significativas quando se trata de garantir a permanência de mães solo negras no ensino superior (Akotirene, 2019). Essas mulheres enfrentam não apenas os efeitos do racismo estrutural, mas também as consequências da maternidade exercida de forma solitária e da insuficiência de suporte institucional, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e comprometidas com a justiça social (IBGE, 2024).

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, fundamentada na análise de artigos científicos, livros, dissertações e relatórios de órgãos oficiais que discutem a relação entre políticas públicas, educação, raça e gênero. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das experiências relatadas na literatura, bem como a identificação das lacunas existentes nas políticas voltadas às mães solo negras, possibilitando reflexões críticas sobre o papel do Estado e das instituições de ensino na efetivação do direito à educação superior.



2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADE NO BRASIL

As políticas públicas constituem um dos principais instrumentos de atuação do Estado para a promoção do desenvolvimento social e para a redução das desigualdades historicamente construídas. Conforme destaca Bucci (2021), elas resultam de um processo político-administrativo que busca transformar demandas sociais em ações concretas, orientadas por objetivos coletivos e pelo interesse público. Todavia, para que essas políticas sejam efetivas, é imprescindível que considerem as particularidades históricas, culturais e econômicas da sociedade na qual estão inseridas.

No caso brasileiro, a formulação e a implementação de políticas públicas enfrentam desafios estruturais relacionados à concentração de renda, à herança colonial e à persistência do racismo estrutural, fatores que contribuem para a manutenção de profundas desigualdades sociais (Vanderley e Barbosa, 2023). Essas desigualdades não são fenômenos recentes, mas resultado de um processo histórico de exclusão que remonta ao período escravocrata e à ausência de políticas de inclusão da população negra após a abolição.

A construção das desigualdades raciais no Brasil está fortemente vinculada à ideologia da mestiçagem, que, embora historicamente apresentada como elemento de harmonia social, operou como mecanismo de diluição e invisibilização da identidade negra. Conforme analisa Munanga (2004), o projeto de formação da identidade nacional brasileira associou-se ao ideal de branqueamento, sustentado por discursos que negavam o racismo ao mesmo tempo em que reforçavam hierarquias raciais. Nesse contexto, a mestiçagem não pode ser compreendida apenas como fenômeno biológico, mas sobretudo como construção social e ideológica, que contribuiu para dificultar o reconhecimento das desigualdades raciais e para fragilizar a construção de uma identidade negra coletiva no país.

Segundo Fernandes (2021), a abolição da escravidão no Brasil não foi acompanhada por um projeto de integração social, o que relegou a população negra a condições precárias de trabalho, moradia e acesso a direitos. Essa crítica não se restringe à análise de um único autor, sendo também denunciada por intelectuais e estudiosos vinculados ao Movimento Negro, que historicamente apontam a negligência do Estado brasileiro na implementação de políticas reparatórias após a abolição (Siqueira, 2018). A inexistência de medidas estruturais de inclusão consolidou um padrão de desigualdade que ainda se reflete nas oportunidades educacionais, no acesso à saúde e no mercado de trabalho.

De acordo com Carvalho e Hermanns (2005), às políticas públicas brasileiras assumem, em grande parte, um caráter compensatório, voltado à mitigação dos efeitos da pobreza, sem promover mudanças estruturais capazes de enfrentar suas causas. Essa lógica remonta ao próprio processo de abolição da escravidão, formalizado pela Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, que extinguiu juridicamente o regime escravocrata, mas não foi acompanhada de medidas de inclusão social, econômica ou educacional para a população negra recém-liberta. A ausência de políticas estruturantes após a abolição consolidou um



cenário de marginalização que ainda repercute nas desigualdades contemporâneas.

Nesse contexto, a contribuição teórica de Crenshaw (2013) torna-se fundamental, ao demonstrar que raça, gênero e classe não operam de forma isolada, mas se articulam na produção de desigualdades específicas. Essa leitura articulada das opressões permite compreender as condições particulares de vulnerabilidade vivenciadas pelas mães solo negras no Brasil, que acumulam desvantagens econômicas, raciais e sociais, refletindo em suas possibilidades de acesso e permanência no ensino superior.

No campo educacional, tais desigualdades assumem contornos alarmantes. Embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) assegurem igualdade de condições para o acesso e permanência na educação, a realidade social revela um distanciamento significativo entre o texto legal e sua efetivação prática (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Historicamente, a educação superior no Brasil constituiu-se como um espaço restrito às elites brancas e masculinas, cenário que começou a se modificar de forma mais expressiva a partir do início dos anos 2000, com a ampliação das políticas de democratização do acesso.

A implementação das políticas de ações afirmativas, principalmente a partir do início dos anos 2000, representou um avanço importante na democratização do ensino superior. Antes mesmo da promulgação da Lei nº 12.711/2012, algumas universidades estaduais já haviam implementado sistemas próprios de cotas, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que instituiu ações afirmativas no ano de 2002, tornando-se pioneira nesse processo. Posteriormente, a Lei nº 12.711/2012 consolidou a política em âmbito federal ao instituir o sistema de cotas raciais e sociais nas instituições federais, ampliando o acesso de estudantes negros, pardos e oriundos de escolas públicas às universidades (Brasil, 2012). Contudo, como apontam Abers, Silva e Tatagiba (2018), tais políticas, embora fundamentais, não são suficientes para reparar séculos de exclusão, sobretudo quando não são acompanhadas por medidas efetivas de permanência estudantil.

Nesse sentido, Santos (2012) ressalta que a desigualdade educacional no Brasil não se limita à dificuldade de ingresso no ensino superior, mas se manifesta, de forma intensa, na permanência e conclusão dos cursos. A ausência de apoio financeiro adequado, de suporte psicológico e de infraestrutura institucional contribui para a evasão de estudantes pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados. No caso das mães solo negras, essa realidade é agravada pela inexistência de creches universitárias, pela necessidade de conciliar trabalho, estudo e maternidade e pela fragilidade ou mesmo inexistência de redes de apoio familiar.

Embora programas como o Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) tenham ampliado o acesso de populações de baixa renda à educação, suas limitações tornam-se evidentes quando analisadas sob a ótica das desigualdades raciais e de gênero (Baptista, 2020). Fernandes (2021) observa que esses programas foram concebidos a partir de uma lógica universalista, que desconsidera as especificidades sociais das mães solo negras, restringindo seu



potencial transformador.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social e promover o acesso a direitos básicos. O benefício financeiro mensal é condicionado ao cumprimento de compromissos nas áreas de educação e saúde, como a frequência escolar de crianças e adolescentes, o acompanhamento pré-natal e a atualização do calendário vacinal, buscando romper ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social. Já o Programa Universidade para Todos (PROUNI) consiste em uma política educacional voltada à ampliação do acesso ao ensino superior, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, selecionados com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e em critérios socioeconômicos. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por sua vez, é um programa governamental que oferece financiamento a estudantes matriculados em cursos superiores pagos, possibilitando o custeio das mensalidades com condições facilitadas de pagamento, geralmente após a conclusão do curso, com juros reduzidos ou nulos, o que contribui para a permanência no ensino superior de estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar integralmente com os custos da formação acadêmica (Pires, Romão e Varollo, 2019).

Além disso, o racismo institucional constitui uma barreira estrutural à efetividade das políticas públicas. Compreende-se que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social brasileira, sendo as mais afetadas pela precarização do trabalho e pela exclusão de direitos. O racismo institucional manifesta-se por meio de práticas, normas e rotinas que, mesmo sem intenção explícita, produzem desigualdades sistemáticas no acesso a serviços e oportunidades (Macpherson, 1999; Almeida, 2019). Carneiro (2019) ressalta que, ao não reconhecer as singularidades das mulheres negras, o Estado reproduz práticas discriminatórias e perpetua desigualdades históricas. Dessa forma, torna-se indispensável a adoção de políticas públicas antirracistas e feministas, capazes de enfrentar as múltiplas dimensões da exclusão social. Pensar políticas públicas a partir de uma leitura articulada das desigualdades significa romper com a neutralidade aparente das ações governamentais, que, ao tratar de forma igual situações desiguais, acabam aprofundando as injustiças existentes (Ribeiro, 2017).

Sendo assim, destaca-se a necessidade de integração entre as políticas públicas de educação, assistência social e trabalho. Conforme apontam Abers, Silva e Tatagiba (2018), políticas fragmentadas tendem a produzir impactos limitados, enquanto ações integradas podem promover processos emancipatórios mais consistentes. No âmbito da educação superior, essa integração poderia resultar em programas que garantam moradia estudantil, apoio financeiro, suporte psicológico e estruturas de cuidado infantil, contribuindo para a permanência e o sucesso acadêmico das mães solo negras.

Dessa forma, reconhece-se que as políticas públicas somente cumprem seu papel transformador



quando orientadas pelos princípios da equidade e da justiça social. O enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero exige comprometimento político e institucional com a redistribuição de oportunidades e com o reconhecimento das mães solo negras como sujeitas de direitos, condição fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática (Souza et al., 2026).

3 MÃES SOLO NEGRAS E OS DESAFIOS DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

O termo “mãe solo” refere-se à mulher que exerce a maternidade de forma integral e independente, assumindo sozinha as responsabilidades afetivas, educativas, financeiras e sociais relacionadas aos filhos. Diferentemente da expressão “mãe solteira”, que se limita ao estado civil, a maternidade solo expressa uma condição social marcada pela ausência sistemática do outro genitor, seja por abandono paterno, omissão no cuidado, falta de reconhecimento legal ou decisão unilateral da mulher pela maternidade (Brasil, 2017). Segundo a ONU Mulheres (2021), famílias chefiadas por mulheres, principalmente aquelas sem corresponsabilidade paterna, apresentam maiores índices de vulnerabilidade social, resultado de desigualdades de gênero associadas à sobrecarga doméstica, emocional e econômica. Dados do IBGE (2022) reforçam essa realidade ao apontar que mais de 11 milhões de lares brasileiros são chefiados por mulheres sem a presença de um cônjuge, evidenciando que a maternidade solo constitui um marcador estrutural de desigualdades.

Nesse contexto, as mães solo negras acumulam responsabilidades que extrapolam o cuidado individual, assumindo simultaneamente funções de sustento familiar, cuidado dos filhos e administração da vida doméstica. A ausência de redes de apoio e de políticas públicas eficazes agrava esse quadro, elevando os índices de evasão e desmotivação acadêmica. As dificuldades financeiras, a exaustão física e emocional e a falta de acolhimento institucional conduzem muitas mulheres à interrupção dos estudos, perpetuando ciclos históricos de exclusão social (Souza et al., 2026).

O acesso e a permanência no ensino superior constituem marcos relevantes na trajetória educacional e social de qualquer indivíduo. Entretanto, quando se trata das mães solo negras, esse percurso é atravessado por múltiplos desafios estruturais que dificultam a consolidação da formação acadêmica. Essas mulheres enfrentam uma combinação de desigualdades historicamente construídas, relacionadas ao racismo, ao sexismo e à pobreza, que produzem uma realidade persistente de exclusão social (Davis, 2016).

A articulação entre esses diferentes marcadores sociais evidencia que as experiências vivenciadas pelas mães solo negras não podem ser compreendidas de forma isolada. Conforme aponta Crenshaw (2013), raça, gênero e classe operam de maneira combinada, produzindo condições específicas de marginalização. No contexto brasileiro, essa dinâmica se manifesta em um cenário no qual o acesso à educação superior, embora formalmente garantido, permanece limitado por barreiras econômicas,



institucionais e simbólicas.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), mais de 60% das famílias monoparentais no Brasil são chefiadas por mulheres negras, grande parte delas em situação de vulnerabilidade social. Essa realidade demonstra que as mães solo negras assumem, de forma quase exclusiva, a responsabilidade pelo sustento financeiro e pelo cuidado integral dos filhos, o que impõe restrições significativas à continuidade dos estudos em nível superior.

Nesse sentido, a conciliação entre trabalho, maternidade e vida acadêmica configura-se como um dos principais obstáculos enfrentados por esse grupo. Como destaca Ribeiro (2017), a sobrecarga imposta às mulheres negras é resultado de uma estrutura social patriarcal e racista que naturaliza a responsabilização feminina pelo cuidado, sem garantir condições materiais e institucionais que possibilitem sua emancipação educacional e profissional.

No ambiente universitário, as mães solo negras se deparam com barreiras institucionais oriundas do racismo estrutural que comprometem sua permanência, tais como a ausência de políticas de acolhimento específicas, a inexistência de creches universitárias, a insuficiência de bolsas permanência compatíveis com a maternidade e a rigidez dos horários acadêmicos (Pinheiro, 2024). Essas limitações contribuem de forma significativa para o aumento da evasão, principalmente no que tange entre mulheres que precisam priorizar a sobrevivência familiar em detrimento da formação acadêmica.

O racismo estrutural não se manifesta apenas em práticas explícitas de discriminação, mas também na forma como os sujeitos são posicionados socialmente e representados nos espaços de produção de conhecimento. Conforme aponta Pinheiro (2023), a branquitude historicamente se construiu como referência universal de humanidade, enquanto pessoas negras foram sistematicamente racializadas e colocadas em posições de inferiorização, resultado de um processo social, político e científico que legitimou hierarquias raciais. Nesse contexto, o ambiente educacional tende a reproduzir tais desigualdades ao não problematizar os privilégios raciais, contribuindo para a manutenção de exclusões simbólicas e materiais que afetam diretamente a trajetória de estudantes negras.

Os índices de evasão escolar no Brasil evidenciam profundas desigualdades raciais e de gênero. Dados do IBGE (2023) revelam que, entre os jovens de 18 a 24 anos, 70,6% dos pretos e pardos não estavam frequentando a escola nem haviam concluído o ensino superior, enquanto entre os brancos esse percentual era de 57,0%. Tais números demonstram que o abandono escolar não ocorre de maneira homogênea, estando relacionado às desigualdades estruturais que atravessam a população negra.

As desigualdades de gênero também exercem forte influência sobre esse fenômeno. Segundo o IBGE (2023), entre as mulheres de 15 a 29 anos que interromperam os estudos, os principais motivos foram gravidez e responsabilidades domésticas, enquanto entre os homens predominou a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Esses dados demonstram que os papéis sociais atribuídos às mulheres continuam



restringindo suas possibilidades de permanência educacional, sobretudo no caso das mulheres negras e de baixa renda.

Além das dificuldades materiais, o preconceito racial e o machismo ainda presentes nas instituições de ensino superior reforçam sentimentos de não pertencimento e desvalorização simbólica. Em seu livro *Ensinando a transgredir*, hooks (2024) destaca que o racismo e o sexismo atuam de forma silenciosa nas estruturas educacionais, moldando as experiências das mulheres negras e impactando negativamente sua autoestima e desempenho acadêmico.

A precarização do trabalho também se apresenta como fator determinante nesse processo. Muitas mães solo negras estão inseridas em ocupações informais ou de baixa remuneração, o que compromete o tempo e a energia disponíveis para os estudos. Como ressaltam Araújo e Amorim (2025), a instabilidade laboral, associada à ausência de políticas públicas eficazes, limita as possibilidades de investimento na formação acadêmica e reforça ciclos de exclusão social.

Nesse contexto, Carneiro (2019) observa que a mulher negra ocupa a posição mais vulnerabilizada na estrutura socioeconômica brasileira, sendo o segmento mais exposto às desigualdades econômicas. A permanência das mães solo negras no ensino superior, portanto, é constantemente ameaçada por um cenário que as obriga a priorizar a sobrevivência imediata em detrimento da educação, revelando as falhas estruturais do sistema educacional.

A evasão universitária entre mães solo negras não pode ser compreendida como um problema individual, mas como reflexo das limitações institucionais e da insuficiência das políticas de permanência. Conforme destaca Moehlecke (2002), as políticas de acesso, como as cotas raciais e sociais, representam avanços importantes, mas não garantem a continuidade dos estudos sem uma rede de apoio institucional consistente.

A dimensão psicológica também merece atenção nesse debate. A solidão materna, a sobrecarga emocional e o cansaço físico afetam o desempenho acadêmico dessas mulheres. Davis (2016) alerta que a resistência das mulheres negras não deve ser romantizada, pois é resultado da ausência de suporte coletivo e institucional evidenciando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e enfrentem essas condições.

Apesar das adversidades, muitas mães solo negras reconhecem na educação superior uma possibilidade concreta de transformação social e ascensão econômica. Quando a universidade se configura como espaço de acolhimento e valorização da diversidade, torna-se um instrumento de emancipação e fortalecimento coletivo. A atuação de núcleos de estudos afro-brasileiros, grupos de apoio e projetos de extensão voltados à equidade racial contribuem para ampliar as condições de permanência dessas mulheres no ambiente acadêmico (Santos et al., 2025).

Além das iniciativas institucionais, o fortalecimento das redes de solidariedade e dos movimentos



sociais desempenha papel fundamental na criação de estratégias de apoio mútuo. Esses espaços possibilitam a troca de experiências, a construção coletiva de soluções e o fortalecimento da identidade e da autonomia das mães solo negras (Araújo e Amorim, 2025).

Portanto, os desafios enfrentados pelas mães solo negras no acesso e na permanência no ensino superior demonstram a necessidade de políticas públicas integradas e sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade social. O enfrentamento dessas barreiras exige o compromisso do Estado e das instituições de ensino com a construção de ambientes educacionais inclusivos, capazes de garantir não apenas o ingresso, mas a permanência e o sucesso acadêmico dessas mulheres, contribuindo para a promoção da justiça social e da igualdade educacional.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSECCIONALIDADE E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

As políticas públicas, quando pensadas sob uma perspectiva interseccional, tornam-se instrumentos potentes de enfrentamento das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. A interseccionalidade, conforme sistematiza Akotirene (2019), constitui uma ferramenta teórico-metodológica que permite compreender como diferentes eixos de opressão, como racismo, sexismo e desigualdade de classe, não atuam de forma isolada, mas se articulam simultaneamente na produção de vulnerabilidades específicas. Nessa mesma direção, Crenshaw (2013) demonstra que essas estruturas se entrelaçam, gerando experiências particulares de exclusão que não podem ser analisadas de maneira fragmentada.

No contexto brasileiro, essa abordagem é essencial para a formulação de políticas que realmente contemplem as especificidades de grupos vulnerabilizados, como as mães solo negras, pois, ao reconhecer a pluralidade das vivências femininas e raciais, as políticas públicas podem atuar de forma mais justa e efetiva na promoção da equidade (Silva e Menezes, 2020).

A interseccionalidade, nesse sentido, oferece um novo olhar sobre as práticas institucionais e sociais, permitindo que as políticas públicas superem o modelo universalista que muitas vezes inviabiliza grupos historicamente marginalizados. Conforme destaca Akotirene (2019), a ausência dessa lente analítica faz com que o Estado reproduza desigualdades, ao invés de combatê-las, uma vez que as políticas formuladas para um “sujeito neutro” acabam beneficiando majoritariamente homens brancos e de classes médias.

Essa crítica se torna ainda mais pertinente quando observamos o cenário educacional e de assistência social no Brasil, que pouco dialoga com as necessidades específicas das mulheres negras e, especialmente, das mães solo. Em grande medida, essas políticas são formuladas para atender ao público em geral, sem recortes consistentes de gênero e raça, o que faz com que mulheres, principalmente mulheres negras,



permaneçam em menor número entre as beneficiárias ou sequer sejam contempladas de forma adequada. Dados do IBGE evidenciam que, apesar de serem maioria entre as famílias em situação de vulnerabilidade, mulheres negras continuam sub-representadas nas políticas estruturantes de ascensão social. Entretanto, no campo educacional, as políticas de ações afirmativas representam um certo grau de avanço na democratização do ensino superior (Aguiar; Silva, 2025).

Desde a implementação da Lei nº 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas nas universidades públicas, o número de estudantes aumentou consideravelmente. Pesquisas indicam que a proporção de estudantes negros no ensino superior passou de 10,7% em 2010 para aproximadamente 38,2% em 2019, representando um aumento histórico na presença desse grupo nas instituições de ensino (Agência Brasil, 2024). Dentro desse contingente, observa-se a expressiva participação feminina, uma vez que, em 2019, as mulheres negras representavam 43,1% dos estudantes negros no ensino superior, percentual superior ao dos homens negros, que correspondiam a 41,8%, evidenciando o protagonismo das mulheres negras no processo de ampliação do acesso educacional (Agência Brasil, 2024). Estudos também mostram que, em 2019, 39% dos ingressos nas universidades federais ocorreram por meio das cotas raciais e sociais, consolidando o avanço proporcionado pela política (Heringer, 2023).

Heringer (2024) também mostra que, em 2019, 39% dos ingressos nas universidades federais ocorreram por meio das cotas raciais e sociais, consolidando o avanço proporcionado pela política. Além disso, o Ministério da Educação registrou um crescimento de 167% no número de ingressantes cotistas ao longo dos dez anos seguintes à implementação da lei, reforçando sua importância para reduzir desigualdades educacionais e ampliar a diversidade no ambiente universitário (INEP, 2023). Contudo, como observa Santos (2025), a política de cotas, embora fundamental, não é suficiente para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses grupos, sendo necessário investir em políticas complementares, como o fortalecimento das bolsas permanência, a ampliação de creches universitárias e o apoio psicossocial, de modo a criar condições concretas para que mães solo negras possam não apenas ingressar, mas concluir sua formação.

A interseccionalidade também demanda que se repensem as políticas de assistência e proteção social, já que os Programas como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, ainda que voltados para o combate à pobreza, não incorporam adequadamente a dimensão racial e de gênero nas suas estratégias, que segundo Silva e Menezes (2020) voltam-se à uma questão simples: a de não reconhecer as particularidades das mães solo negras, o que faz dessas políticas limitadas na sua capacidade de transformação.

Como destaca Carneiro (2019), a ausência de uma perspectiva interseccional nas políticas sociais perpetua a naturalização da pobreza feminina e negra, dificultando a ruptura com o ciclo de exclusão e vulnerabilidade e de encontro a isso, um outro aspecto essencial é o papel do Estado na articulação entre diferentes políticas públicas.



A respeito dessa questão, Santos e Meneses (2009) ressaltam que a transformação social depende da construção de um “Estado ampliado”, que reconheça os saberes e as práticas produzidas pelas populações marginalizadas implicando-se em um modelo de gestão pública que dialogue com os movimentos sociais e com as comunidades diretamente afetadas pelas desigualdades.

No caso das mães solo negras, isso significa ouvir suas demandas e incorporar suas experiências na formulação e monitoramento das políticas, reconhecendo-as como sujeitas de direito e não apenas como beneficiárias, já que a universidade, enquanto instituição pública e socialmente responsável, tem papel estratégico nesse processo (Souza, Franco e Gomes, 2022).

Com efeito, ao desenvolver projetos de extensão e pesquisa voltados à promoção da equidade racial e de gênero, o ensino superior contribui para a construção de políticas baseadas em evidências e sensíveis à diversidade, razão pela qual Santos e Meneses (2009) reconhecem a necessidade de “ecologizar o saber”, isto é, promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, valorizando saberes produzidos por grupos historicamente marginalizados e rompendo com a hegemonia exclusiva do conhecimento científico tradicional. Essa abertura epistemológica é fundamental para construir políticas públicas mais democráticas e efetivas.

Além da formulação de novas políticas, a transformação exige uma mudança cultural e institucional. A superação do racismo e do sexismo estrutural não se dá apenas por meio de leis, mas também por um processo contínuo de desconstrução de valores e práticas excludentes. Em *Ensinando a transgredir*, hooks (2024) argumenta que a educação deve ser um espaço de libertação, capaz de questionar as estruturas de poder e promover o empoderamento dos grupos oprimidos.

Assim, políticas públicas comprometidas com a interseccionalidade precisam ser acompanhadas por ações pedagógicas e comunicacionais que promovam o respeito à diversidade e a valorização da mulher negra. A ação em conjunto com a atuação dos movimentos sociais negros e feministas também se mostra essencial para pressionar o Estado e a sociedade a assumirem a interseccionalidade como princípio orientador das políticas públicas (Pinheiro, 2024).

Diante disso, o feminismo negro brasileiro, representado por autoras como Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, tem pautado de forma contundente a necessidade de reconhecimento das especificidades das mulheres negras na formulação de políticas, possibilitando às mulheres, avanços significativos na agenda pública, trazendo visibilidade a temas historicamente negligenciados, como a maternidade solo, a violência institucional e o racismo acadêmico (Ribeiro, 2017).

Contudo, o avanço das políticas públicas interseccionais enfrenta resistências, como, por exemplo, a falta de representatividade política, a burocracia estatal e a descontinuidade administrativa, que dificultam a consolidação de programas de longo prazo, o que segundo Pochmann (2010), é um aspecto que demonstra como a nação carece de um modelo de desenvolvimento inclusivo, capaz de articular políticas econômicas



e sociais de forma integrada.

Nesse contexto, as políticas voltadas às mães solo negras precisam ser entendidas não como ações pontuais, mas como parte de um projeto nacional de justiça social e reparação histórica, pois, é reconhecido que a interseccionalidade surge como um horizonte de transformação capaz de redirecionar as políticas públicas para a equidade real (Souza et al, 2026).

Dessa forma, incorporar essa perspectiva é reconhecer que as desigualdades não se distribuem de maneira uniforme, mas recaem com maior peso sobre determinados corpos e trajetórias. E que o enfrentamento das desigualdades que afetam as mães solo negras no ensino superior exigirá à construção e adoção de políticas públicas articuladas, que dialoguem entre as áreas de educação, assistência, trabalho e igualdade racial, sendo assim possível avançar rumo a uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática (Santos et al., 2025; Fernandes, 2021).

5 ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSECCIONAIS

A implementação de políticas públicas interseccionais requer a articulação entre diferentes esferas do Estado, bem como a integração de ações que contemplem educação, assistência social, saúde e trabalho, permitindo que ocorra através da interseccionalidade a identificação dos desafios que as mães solo negras enfrentam, que vão além do acesso formal à educação e envolvem questões de permanência, suporte financeiro e acolhimento institucional (Crenshaw, 2013).

Para tanto, um aspecto central é a participação ativa das próprias mães solo negras na formulação e avaliação das políticas públicas, pois, a escuta de suas experiências contribui para a construção de estratégias mais adequadas e sensíveis à realidade concreta, evitando a implementação de ações padronizadas e descontextualizadas, desta forma, o envolvimento das comunidades afetadas reforça a perspectiva de políticas participativas e transformadoras (Ribeiro, 2017).

A formação e capacitação de profissionais das universidades e órgãos públicos também são essenciais, pois, com os servidores e docentes preparados para compreender a interseccionalidade e as vulnerabilidades sociais, podem-se criar ambientes acadêmicos acolhedores. O que previne a exclusão e fortalece redes de apoio institucionais, cabendo aos profissionais entenderem que a educação não deve ser tratada apenas como transmissão de conhecimento, mas como espaço de empoderamento e emancipação social (hooks, 2024).

Além das medidas institucionais, o fortalecimento de redes de solidariedade e movimentos sociais é fundamental, pois, com a atuação conjunta da sociedade civil e do Estado, permite identificar lacunas e propor soluções práticas que promovam a inclusão efetiva. Desta forma, as redes de apoio funcionam como espaços de resistência e troca, fortalecendo a autonomia e autoestima das mães solo negras no ambiente



acadêmico (Silva e Menezes, 2020).

Sobre essa temática, ressalta-se que a avaliação contínua das políticas implementadas é outro fator determinante para a efetividade das ações, pois, é reconhecido que os indicadores que acompanhem a permanência, a evasão, o desempenho acadêmico e o bem-estar das estudantes possibilitam ajustes e aperfeiçoamentos, garantindo que os programas cumpram seus objetivos de equidade e justiça social (Pochmann, 2010).

Do ponto de vista cultural e simbólico, é necessário valorizar as experiências das mães solo negras, combatendo estigmas e preconceitos. Ao reconhecer suas trajetórias como expressão de resistência e competência contribui-se para a construção de ambientes educacionais inclusivos, nos quais a diversidade racial, de gênero e familiar é respeitada e fortalecida (Carneiro, 2019; hooks, 2024).

Com efeito, afirma-se que a efetividade das políticas públicas interseccionais depende da articulação entre diferentes esferas governamentais, do reconhecimento das especificidades das mães solo negras, do fortalecimento de redes institucionais e comunitárias e da construção de uma cultura educacional inclusiva em que se percebe que a implementação dessas estratégias não apenas promove a permanência no ensino superior, mas também contribui para a transformação social e a redução das desigualdades históricas no Brasil (Gonçalves e Silva, 2000).

A consolidação de políticas públicas interseccionais também depende do reconhecimento do racismo estrutural como elemento organizador das desigualdades sociais no Brasil. Conforme Almeida (2019), o racismo não se limita a atitudes individuais, mas está incorporado nas instituições e práticas sociais, influenciando a distribuição de oportunidades e direitos. Nesse sentido, políticas voltadas às mães solo negras precisam ir além de ações compensatórias, estruturando mecanismos permanentes de inclusão que enfrentam as bases institucionais da exclusão educacional.

A articulação entre acesso e permanência deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de justiça social. Santos (2019) ressalta que políticas públicas eficazes exigem planejamento contínuo, financiamento adequado e compromisso político com a redução das desigualdades. Quando aplicadas ao contexto das mães solo negras, tais políticas devem assegurar condições materiais concretas, como bolsas compatíveis com a maternidade, flexibilização acadêmica e suporte psicossocial, evitando que a permanência no ensino superior dependa exclusivamente de esforços individuais.

Além disso, é importante pontuar a necessidade de integração entre políticas educacionais e políticas de proteção social. Pochmann (2010) argumenta que a fragmentação das políticas públicas compromete seu potencial transformador, uma vez que ações isoladas tendem a produzir impactos limitados. No caso das mães solo negras, a efetividade das estratégias depende da articulação entre assistência estudantil, políticas de emprego e renda e programas de cuidado infantil, garantindo condições estruturais que viabilizem a continuidade da formação acadêmica.



Por fim, a incorporação da perspectiva interseccional como princípio orientador das políticas públicas representa um avanço democrático significativo. Akotirene (2019) destaca que reconhecer a sobreposição de opressões permite formular respostas mais adequadas às realidades vividas por mulheres negras. Ao considerar simultaneamente gênero, raça e classe, o Estado amplia sua capacidade de promover equidade substantiva, fortalecendo o papel da educação superior como instrumento de transformação social e de ruptura com ciclos históricos de exclusão.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar de que forma as políticas públicas voltadas à educação e à inclusão social têm contribuído, mas ao mesmo tempo, mostrando-se insuficiente, para o acesso e a permanência de mães solo negras no ensino superior brasileiro, evidenciando-se com a pesquisa que, embora o país tenha avançado em políticas afirmativas e programas educacionais desde a Constituição Federal de 1988, ainda persiste uma profunda desigualdade estrutural que limita o alcance dessas ações.

Reconheceu-se ainda que a interseção entre gênero, raça e maternidade revela um conjunto de obstáculos que vão desde o preconceito institucional até a falta de condições materiais e emocionais para a continuidade dos estudos, questões que foram abordadas na análise bibliográfica também demonstraram que as mães solo negras representam um dos grupos mais vulneráveis no contexto educacional brasileiro.

A falta de suporte estatal e institucional adequado, somada às dificuldades socioeconômicas e à sobrecarga de responsabilidades, acarreta altos índices de evasão e desmotivação acadêmica, pois, ao mesmo tempo que a ausência de políticas públicas interseccionais reforça as desigualdades históricas, uma vez que programas generalistas não consideram as múltiplas dimensões que envolvem a vida dessas mulheres.

Assim, a permanência no ensino superior não depende apenas de vagas e bolsas, mas também de políticas que garantam infraestrutura, acolhimento e respeito à diversidade de trajetórias e diante disso, pôde-se compreender que o Estado e as instituições de ensino precisam assumir um compromisso mais efetivo com a equidade racial e de gênero.

Além disso, a criação de políticas específicas voltadas a mães solo negras, como bolsas permanência direcionadas, creches universitárias, moradias estudantis adaptadas e apoio psicológico, é essencial para reduzir as barreiras que impedem sua formação acadêmica, observando-se um fator importante, voltado ao fato de que as universidades devem adotar práticas pedagógicas e administrativas antirracistas e feministas, capazes de promover não apenas o acesso, mas a verdadeira inclusão.

Assim, este estudo não apenas traz uma problemática social, mas também propõe alguns caminhos de transformação, corroborando-se com a luta das mães solo negras pelo acesso e permanência no ensino



superior, e com avanços quanto às questões relacionadas ao direito à dignidade, igualdade e à cidadania plena.

Conclui-se que o enfrentamento das desigualdades que atingem esse grupo demanda mais do que boa vontade política: exige o reconhecimento da dívida histórica que o país tem com a população negra e o compromisso com um projeto educacional verdadeiramente inclusivo, pois, somente com a valorização dessas mulheres como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, na qual a educação cumpra, de fato, seu papel transformador.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-46, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLtvbrTykKtSfx39QSXs/>. Acesso em: 12 set. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa aponta crescimento da população negra no ensino superior**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-11/pesquisa-aponta-crescimento-da-populacao-negra-no-ensino-superior>. Acesso em: 16 mar. 2026.

AGUIAR, Marcela; SILVA, Gustavo Simas. Trajetórias de mulheres negras no ensino superior: barreiras, conquistas e caminhos para avanço. **ARACÊ**, v. 7, n. 7, p. 35563-35591, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6313>. Acesso em: 28 set. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Maria Helena Pereira de Oliveira; AMORIM, Betânia Maria Oliveira de. Contos de dor, amor e alegria: representações sociais da maternidade solo. **Psicologia & Sociedade**, v. 37, p. e289724, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/JT6rf4pcN44vXJsGfgYsyJc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BAPTSTA, Vinicius Ferreira. Perspectives on access to the University for All Program: gender and race in the distribution of scholarships between 2005/2016. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e1099108350, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8350. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/8350>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 set. 2025.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Perfil das famílias chefiadas por mulheres**. Brasília: SNPM, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, José Raimundo; HERMANNNS, Klaus. **Políticas e desenvolvimento regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **Feminist Legal Theories**. Routledge, 2013. p. 23-51. Disponível em: <https://api.taylorfrancis.com/content/chapters/edit/download?identifierName=doi&identifierValue=10.4324/9781315051536-2&type=chapterpdf>. Acesso em: 01 out. 2025. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 2021.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 15, p. 134-158, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300009&script=sci_abstract. Acesso em: 31 mar. 2026.

HERINGER, Rosana. Affirmative action policies in higher education in Brazil: outcomes and future challenges. **Social Sciences**, v. 13, n. 3, p. 132, 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/13/3/132>. Acesso em: 31 mar. 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/c5e90428da8b4a1143f60d1bb0cb3f2c.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP. **Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades federais em dez anos**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/p/t-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 30 set. 2025.



MACPHERSON, William. **The Stephen Lawrence Inquiry**. London: The Stationery Office, 1999.

MOEHLECKE, Sabrina. Ações afirmativas no Brasil: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ONU MULHERES. **Mulheres na liderança: alcançando um futuro igual em um mundo pós-COVID-19**. Brasília: ONU Mulheres, 2021.

PINHEIRO, Diógenes. Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento. **Periferia**, v. 16, n. 1, p. e80020, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/80020>. Acesso em: 22 set. 2025.

PIRES, André; ROMÃO, Paulo Cesar Ricci; VAROLLO, Victor Marques. O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240020.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

POCHMANN, Marcio. **Estrutura social no Brasil: mudanças recentes**. **Serviço Social & Sociedade**, p. 637-649, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bb7bdstrPCx4wN6VZHfWvbt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Roberto Figueira. **Desigualdades Sociais, educação, ação política: além de outros textos escritos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Sara de Jesus et al. Narrativas de universitárias negras sobre acesso e permanência: o impacto das ações afirmativas. **Odeere**, v. 10, n. 2, p. 105-122, 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10534740>. Acesso em: 31 mar. 2026.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, p. 1-16, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3252. Acesso em: 31 mar. 2026.

SIQUEIRA, José Jorge. Pós-abolição, intelectuais negros e projeto de Brasil: notas de um estudo. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 82-100, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/609>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SOUZA, Solange de Cássia Inforzato de; FRANCO, Julia Garani; GOMES, Magno Rogério. Maternidade solo e interações de gênero: fatores agravante da desigualdades salariais no Brasil? **A Econom**



ia em Revista, v. 30, n. 3, p. 63-76, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Magno-Gomes-3/publication/384493702_MATERNIDADE_SO_LO_E_INTERACOES_DE_GENERO/links/68af4a23ca495d76983052a4/MATERNIDADE-SOLO-E-INTERACOES-DE-GENERO.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

SOUZA, Edicleuma de Oliveira et al. Mães solo e estudantes da epja: refletindo sobre as regulações de gênero e suas implicações para o acesso e a permanência escolar. **Revista de Geopolítica**, v. 17, n. 3, p. e1763-e1763, 2026. Disponível em: <https://mail.revistageo.com.br/revgeo/article/view/1763>. Acesso em: 29 mar. 2026.

VANDERLEY, Selma de Fatima; BARBOSA, Maria Valéria. O lugar do negro na construção da identidade nacional. **Simbiótica**, v. 10, n. 3, p. 114-133, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9691203>. Acesso em: 26 mar. 2026.